

JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO III Nº 105 Rio de Janeiro, de 8 a 14 de novembro de 2005

Riqueza que começa com leis

Divulgação



Produção na fábrica da Peugeot-Citröen, em Porto Real: empregos gerados a partir de uma legislação de vanguarda

Quem não se lembra que Vilar dos Telles, em São João de Meriti, era considerada a capital do jeans? Ou que a cidade de Angra dos Reis era movida pela indústria naval? Com o passar dos anos, estas cidades foram perdendo suas características, a partir da falta de investimentos no setor. Este quadro, porém, começou a ser revertido a partir de leis aprovadas na Casa, que estão revitalizando municípios – como Meriti e Angra – em diversas regiões do estado, a partir de incentivos não só para as indústrias têxtil e naval, como para outros setores da economia fluminense.

É o caso da indústria automotiva, que se desenvolveu na

região do Médio Vale do Paraíba. A partir de uma lei aprovada na Casa, o Executivo pôde desenvolver uma política de incentivos fiscais para a atração de fábricas e montadoras no estado, como a Peugeot-Citröen. Os benefícios fiscais também foram estendidos a grandes empreendimentos no Rio de Janeiro, como a implantação do Pólo Gás-Químico, em Duque de Caxias, e a instalação de diversas empresas no entorno do porto de Sepetiba, na Região Metropolitana. As importações também foram estimuladas, a partir da lei que criou o programa RioPortos.

PÁGINAS 4 e 5

Deputados aprovam tombamento da APA de Marapendi

PÁGINA 3

Em debate: a remoção de favelas do Rio

PÁGINA 6

Disques da Casa ganham mais espaço para atendimento

PÁGINA 7

Comunicação visual mais eficaz

MURAIIS INSTALADOS NOS PALÁCIOS TIRADENTES E 23 DE JULHO PADRONIZAM INFORMAÇÕES SOBRE A CASA

FERNANDA GALVÃO

A Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro conta, desde outubro, com mais um meio de comunicação. Além da Intranet, da página da Casa na Internet, do JORNAL DA ALERJ e da programação da TV Alerj, os murais **Alerj Informa**, instalados pelo Departamento de Comunicação Social, têm como objetivo informar, de forma rápida e eficiente, sobre eventos e campanhas educativas realizadas pela Casa, além de divulgar as ações das comissões e dos demais setores.

Instalados em todos os andares do Palácio 23 de Julho, e no térreo, quarto e quinto andares do Palácio Tiradentes, o **Alerj Informa** é normatizado por uma portaria da Diretoria Geral da Casa. O material exposto é atualizado sempre às segundas-feiras, embora o prazo de publicação dos cartazes possa ser prorrogado, de acordo com a necessidade. Os interessados em divulgar seus eventos e campanhas no **Alerj Informa** devem encaminhar suas solicitações ao Departamento de Comunicação Social, que se encarregará de reproduzir as informações em cartazes tamanho A4, com cabeçalho previamente definido. Além disso, cartazes prontos, desde que



Rony Maltz

O Alerj, Informa segue norma editada pela Diretoria Geral da Casa através de portaria

confeccionados no tamanho A4, também podem ser enviados ao departamento, para exposição no mural. Cartazes e avisos fora do padrão estabelecido devem ser afixados nos antigos quadros de avisos ainda existentes.

Para o diretor-geral da Alerj, José Geraldo Machado, o mural trouxe unidade visual para a Casa. “Este novo equipamento otimiza as informações, além de seguir um padrão de comunicação direcionada e de visibilidade programada”, afirma. A Casa conta, ainda, com um quadro de avisos, no térreo do

Palácio 23 de Julho, destinado à divulgação de ações realizadas por outros órgãos, que sejam de interesse público, tais como campanhas governamentais. Para publicação neste quadro, é necessária autorização da Diretoria Geral. Machado acrescenta que este quadro, de informações gerais e externas à Casa, não vai competir com o **Alerj Informa**. “Não há sobreposição. Os novos murais seguem uma visão moderna de publicidade e promoção, e com o tempo todos os informes necessários irão se adequar à nova forma”, acredita.

Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:

Heleneida Studart

2º Vice-presidente:

José Távora

3º Vice-presidente:

Pedro Fernandes

4º Vice-presidente:

Fábio Silva

1ª Secretária:

Graça Matos

2ª Secretária:

Léo Vivas

3ª Secretária:

Marco Figueiredo

4ª Secretária:

Aparecida Gama

1º Suplente:

Leandro Sampaio

2º Suplente:

Eliana Ribeiro

3º Suplente:

Nelson Gonçalves

4º Suplente:

Acárisi ribeiro

Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa (MT-13511)

Coordenadora:

Fernanda Galvão

Repórteres:

Geiza Rocha

Luciana Ferreira

Pedro Motta Lima

Estagiários:

Augusto Carazza,

Andréia Quelhas, Clarisse Bretas

Dafne Capella, Franciane Lovati

Phelipe Cruz, Rony Maltz,

Thayssa Plum

Diagramação:

Marcelo Frauches

Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Tiragem:

2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax: 2533-6786

site: www.alerj.rj.gov.br email: dcs@alerj.rj.gov.br

Rua Primeiro de Março s/nº sala 506 - 20010-000 - Rio de Janeiro - RJ

FRASES DA SEMANA

“As assembleias legislativas em todo o País têm que marcar presença. Percebemos que há muita gente interessada, senão em extinguir as próprias assembleias, mas em fragilizar o seu trabalho.”

José Távora (PFL), sobre o papel da Unale na defesa dos legislativos estaduais



“Não posso compactuar com um Governo, federal, estadual ou municipal, que venha dizer que não tem dinheiro. Se não existe remédio, é por incompetência.”

Iranildo Campos (PAN), criticando a situação da saúde no município do Rio de Janeiro e no estado

“Diante de todos esses fatos, vamos pagar caro no ano que vem. Não só a classe política, mas a democracia e o País, todos vamos pagar.”

Coronel Rodrigues (PSC), sobre a reação do eleitorado diante da crise do Governo federal

Ecossistema preservado na Barra

PROJETO DE LEI APROVADO NA CASA TOMBA A APA DE MARAPENDI E PROÍBE OBRAS QUE DESCARACTERIZEM O LOCAL

Ignácio Ferreira/Palácio Guanabara

FERNANDA GALVÃO E PEDRO MOTTA LIMA

A Área de Proteção Ambiental do Parque Zoobotânico de Marapendi (APA Marapendi), criada há 14 anos, foi tombada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), que aprovou, no dia 27 de outubro, o projeto de lei 2.849/05, do deputado Paulo Ramos (PDT), proibindo as construções na região. “Temos acompanhado os crescentes problemas ambientais no Rio de Janeiro, em especial nas lagoas da região da Barra da Tijuca e Jacarepaguá. De repente, surge uma proposta para a construção de *resorts* dentro de uma área de proteção ambiental, que sequer possui rede de esgoto. Isto surgiu após uma manobra feita na Câmara dos Vereadores do Rio, mas estas construções poderiam prejudicar a Lagoa de Marapendi. Por isso – e para afastar a especulação imobiliária – propus este projeto. Espero que a governadora sancione a proposta rapidamente, para dar um ponto final a esta questão”, afirmou o parlamentar.

O projeto foi enviado para a governadora Rosinha Garotinho, que só vai se pronunciar após receber a matéria. O Executivo tem até 30 dias para sancionar ou vetar o projeto. De acordo com a iniciativa, caberá ao estado, em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro, a responsabilidade de fiscalizar a preservação da área, uma vez que com o tombamento fica proibida qualquer descaracterização da área.

A medida aprovada na Alerj, porém, causa polêmica. Para o ambientalista Mário Moscatelli, a medida será inócua. “Sou frontalmente contrário à criação de novos dispositivos legais com o objetivo de preservar o meio ambiente. Já temos leis suficientes”, afirma. Moscatelli defende que sejam desenvolvidas atividades econômicas ambientalmente sustentáveis, para agregar valor aos ecossistemas protegidos. “Quero saber quem vai fiscalizar a APA, quando ela for tombada. Sou contra esta medida porque nada garante que ela irá funcionar, já que todas as outras iniciativas não



A área de proteção ambiental, na Barra, foi criada através de decreto municipal, em 1993

Empresários prevêem criação de 4 mil empregos

A APA de Marapendi foi criada por decreto municipal, em 1993. No final de agosto, a Câmara Municipal do Rio derrubou veto do prefeito Cesar Maia ao projeto de lei que permite a construção de cinco hotéis em dois *eco-resorts* de luxo entre a Barra da Tijuca e o Recreio, com dois mil quartos. A medida, de autoria da Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara, muda as regras de construção na APA, que determinava que as edificações deveriam ser feitas sobre pilotis e os vãos teriam de permanecer desocupados. A alteração permite que os hotéis construam restaurantes e

centros de convenções no andar térreo.

O grupo de empresários responsável pela construção dos *resorts*, porém, garante que preservará a fauna e a flora da região. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (Abih), os empreendimentos resgatariam o turismo de lazer em outros meses do ano, além de janeiro e fevereiro, que atraem turistas por conta do *revêillon* e do carnaval. O economista José Leão, que representa o grupo europeu interessado em construir os hotéis, afirma que o empreendimento gerará quatro mil empregos.

funcionarem”, protesta. Para o ambientalista, caso a medida seja sancionada, o Legislativo deve exigir dotações orçamentárias suficientes para a preservação não só da área da Lagoa de Marapendi, mas de diversos outros ecossistemas ameaçados de degradação.

Já o vice-presidente da Associação Brasileira de Direito Ambiental, Jorge Alberto Saboya, afirma ser a favor da medida proposta por Paulo Ramos. “Acredito que o tombamento da área vai trazer benefícios para o local, mas

o poder público precisa se movimentar para que a futura lei não vire uma letra morta”, pondera Saboya. De acordo com o advogado, o caso dos prédios históricos do Centro do Rio de Janeiro deve servir de exemplo às autoridades responsáveis pela fiscalização da medida. “Diversos prédios já foram tombados, patrimônios inestimáveis que estão abandonados porque nem a União, o estado ou o município tomam qualquer atitude. O exemplo existe para não ser seguido”, avisa.

Revitalização da economia do Rio

Indústrias têxtil, naval e de transformação são beneficiadas

FERNANDA GALVÃO E LUCIANA FERREIRA

Estimular o desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro. Pensando nisso, a Assembléia Legislativa aprovou uma série de leis que incentivam empresas a se instalar ou ampliar seus negócios no estado. Por meio de programas de financiamento e concessão de benefícios fiscais como o RioTêxtil, RioInvest e RioPortos, a Alerj procura facilitar a implantação de grandes e pequenas empresas e contribuir para a geração de empregos no estado.

Em 2003, Assembléia Legislativa aprovou a Lei 4.182/03, que cria o RioTêxtil. A lei cria um regime especial de benefícios fiscais para fábricas de tecidos, confecções de roupas e acessórios e aviamentos para costura. Por causa desses benefícios, em vez de recolher 20% de ICMS, as fábricas pagam apenas 2,5%, dando margem às empresas para investir na produção e gerar ainda mais empregos nos municípios de Valença, Petrópolis, Paracambi, Bom Jardim, Maricá, Teresópolis, Nova Friburgo, Itaperuna, no distrito de Xerém, em Duque de Caxias, no bairro de Rio Comprido e no Saara, localizados no Rio de Janeiro, no distrito de Vilar dos Teles, em São João de Meriti, em Engenheiro Paulo de Frontin, Cabo Frio, Paraty, São Gonçalo e Magé.

Vários destes municípios já reúnem empresas têxteis especializadas em jeans, moda praia e lingerie, que foram automaticamente enquadradas na lei. Outras confecções migraram para estas cidades, que se transformaram em pequenos pólos de desenvolvimento. O Pólo de Moda Nordeste, por exemplo, reúne confecções dos 13 municípios da região e conta com aproximadamente 300 fábricas, que geram 10 mil empregos e movimentam cerca de R\$ 15 milhões por mês.

Já o Pólo de Confecção de Petrópolis, consideravelmente maior, conta com 800

fábricas, produz mais de oito milhões de peças por mês, tem um faturamento mensal de cerca de R\$ 100 milhões e emprega, na produção, distribuição e venda, mais de 30 mil trabalhadores.

O Pólo de Moda Íntima de Friburgo – que também reúne empresas de Bom Jardim, Duas Barras, Cordeiro, Cantagalo e Carmo – reúne 1.180 confecções e produz 200 milhões de peças por ano. O produto principal é a lingerie, tendo também representativa participação de empresas de lingerie-noite, moda praia e *fitness*. Seu faturamento anual é de cerca de R\$ 600 milhões e as exportações, promovidas por 30 confecções para o Mercosul, União Européia, África, Oriente Médio, Japão e Estados Unidos, chegaram a US\$ 3 milhões no ano passado. É o maior pólo da moda íntima do Brasil, responsável por 25% da produção nacional do setor, e que gera 12 mil empregos diretos e 8 mil indiretos.

Na Baixada Fluminense, o reflexo da lei já está sendo sentido pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil, que registrou um aumento de 50% no número de sindicalizados. Os dirigentes sindicais também acreditam que 50 novas empresas de pequeno e médio porte estão para chegar à região, proporcionando um crescimento que pode variar entre 5% e 20%, além da geração de cerca de 10 mil novos postos de trabalho.

Além da aprovação do RioTêxtil, que beneficia principalmente pequenos empreendimentos, a Alerj aprovou diversas leis para enquadrar empresas no Programa de Atração de Investimentos Estrutu-



Fotos Divulgação

O setor têxtil foi beneficiado por lei que reduziu ICMS

rantes, o RioInvest, que dá acesso a recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social. Entre as empresas beneficiadas estão a CSN, que deve ampliar a Usina Siderúrgica Presidente Vargas, em Volta Redonda, a indústria de ônibus Ciferal, em Duque de Caxias, e as cervejarias Petrópolis e Teresópolis.

O Programa de Fomento e Incremento à Movimentação de Cargas pelos Portos e Aeroportos Fluminenses – RioPortos – consiste na concessão de crédito para empresas que importam mercadorias pelos portos e aeroportos do Estado do Rio de Janeiro. Estão inscritas no programa, aprovado pela Alerj, empresas como a Hi-Care, de Duque de Caxias, Aloés, de Piraí; Eurostamp e Quiminvest, de Porto Real; Michelin e Instituto Biochimico, de Itatiaia; e Carbox e Pernod Ricard, de Resende.

de Janeiro é meta dos deputados



O RioInvest trouxe benefícios para a cervejaria Teresópolis, na Região Serrana



Lei aprovada na Casa concedeu incentivos a estaleiros como o Brasfels, em Angra



Pólo Gás-Químico, em Duque de Caxias, vai gerar 30 mil empregos na região

Desenvolvimento através das leis

O desenvolvimento regional, por meio do incentivo a empreendimentos de grande porte, também esteve nas mãos dos deputados estaduais. Pela Casa passaram as leis que deram origem ao Pólo Gás-Químico, na Baixada Fluminense, ao Pólo Metal-Mecânico, no Sul do estado, e que fomentaram as atividades no entorno do porto de Sepetiba, na Região Metropolitana.

O Pólo Gás-Químico, iniciativa esperada pela região há 30 anos, deve gerar 30 mil empregos diretos e indiretos, a partir de um investimento da ordem de US\$ 1,1 bilhão. Para que o empreendimento saísse do papel, os deputados aprovaram as leis 4.169/03 e 4.178/03, que concedem incentivos para as empresas que se instalarem no pólo. Já o Pólo Metal-Mecânico começou a ser discutido na Alerj um ano antes de sua implantação, em 2003. Em agosto de 2002, a Casa aprovou a Lei 3.918/02, do deputado Nelson Gonçalves (PMDB), que autorizava o Executivo a criar o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Pólo na região do Vale do Paraíba. A iniciativa serviu de base para o Governo criar o programa RioMetal, que concede descontos tributários e financiamentos com recursos do Fundes para empresas do setor.

A região vizinha ao porto de Sepetiba e o setor naval também foram beneficiados por ações da Casa. As empresas que se instalarem próximo ao porto têm direito a incentivos fiscais garantidos pelas leis 4.174/03 e 4.185/03. A indústria naval foi revitalizada a partir das leis 3.851/02 e 4.166/03, que concedem incentivos e isonomia tributária aos estaleiros.

EM DEBATE: A REMOÇÃO DE FAVELAS DO RIO

FLÁVIO BOLSONARO

DEPUTADO ESTADUAL PELO PP

Medida ineficaz

A Constituição Estadual estabelece a competência municipal e estadual para garantir o desenvolvimento urbano, possibilitando a remoção de moradores quando as condições físicas da área imponham risco à vida de seus habitantes. Partindo desse princípio, construções irregulares sempre são de risco para seus habitantes e os moradores próximos. Em primeiro lugar, a invasão de terrenos, públicos ou privados, já coloca esse invasor na condição de ilegal.



Augusto Carazza

Outrossim, a construção ilegal enseja uma instalação elétrica clandestina, esgoto que não recebe tratamento, lixo jogado a céu aberto, enfim, condições que, indiscutivelmente, põem em risco a população local, além de onerar os cidadãos fluminenses que têm suas contas majoradas em razão daqueles que não pagam.

Não promover remoções baseado no argumento de que a lei não permite é mera falácia para se eximir da responsabilidade. Falta a famosa vontade política.

O fato é que remoções são medidas paliativas, que não vão resolver o problema do crescimento das favelas. Além disso, um trabalho sério é dificultado por mexer com interesses de muitos políticos que possuem reduto eleitoral nessas áreas, preocupados com os votos e não com o bem-estar dessas comunidades.

“Remoções são medidas paliativas, que não vão resolver o problema”

O caminho é investir na orientação da população, no sentido de terem a quantidade de filhos que tenham condições de dar educação, saúde e condições mínimas para uma vida digna. O Projeto de Lei 1.700/04, de minha autoria, viabiliza a laqueadura e vasectomia gratuitas nos estabelecimentos de saúde vinculados ao Estado. Dessa forma, voluntariamente e observadas as exigências legais, o homem ou a mulher poderiam determinar a quantidade de filhos que quisessem ter. O objetivo, em última instância, é combater a desinformação e dar o direito de escolha ao casal que não tem recursos financeiros para realizar uma esterilização cirúrgica ou utilizar métodos anticoncepcionais.

Somente com uma política de controle da natalidade poderemos sonhar com educação, saúde e moradia para todos os cidadãos fluminenses.

LUIZ PAULO

DEPUTADO ESTADUAL PELO PSDB

É preciso urbanizar

A favela se inseriu no cotidiano da cidade no fim do século XIX, nas encostas do Morro da Providência. Seus moradores eram ex-combatentes da Guerra de Canudos e, posteriormente, os desalojados de cortiços do centro da cidade. À época – para a classe dominante – favela era solução. Hoje é problema para todos. Morar nas encostas foi, portanto, a primeira saída dos desfavorecidos para enfrentar um problema que virou uma chaga, até hoje sem cura: a crise habitacional.



Leandro Rosa

Além disso, o processo de favelização deu início ao movimento de segregação espacial entre ricos e pobres. No início do século XX, com o espraiamento da cidade, os mais pobres continuaram a ocupar terrenos que não tinham interesse para a especulação imobiliária. No primeiro Censo, em 1940, foram identificadas 119 favelas, com cerca de 280 mil habitantes – 14% da população da cidade. Diante dos números, o estado acabou promovendo remoções de favelados para parques proletários.

Hoje são 681 favelas, com 283 mil domicílios – ou 20% da população da capital. E esses números vão continuar crescendo, afinal a taxa de natalidade nas favelas é cinco vezes superior às demais áreas e o fluxo migratório continua alto. Para sanar o déficit habitacional seriam necessários R\$ 7 bilhões. Para arrumar a casa é preciso urbanizar,

“Morar nas encostas foi a primeira saída para crise habitacional”

legalizar e depois titular o solo urbano das favelas. Também é necessário flexibilizar nossa Constituição e as Leis Orgânicas, permitindo a relocação dos imóveis situados em área de risco, para execução de saneamento ambiental e implantação do sistema viário.

O Governo federal arrecada R\$ 10 bilhões por ano da Cide para investir em transportes e em meio ambiente. Favela sem saneamento não turva o meio ambiente? Ainda assim o dinheiro não aparece. A União acaba de criar o Sistema de Habitação Social. Chegou a hora de o Governo federal dar uma resposta ao drama habitacional, liberando recursos para o Rio – uns R\$ 500 milhões e mais seu patrimônio em terrenos, já para 2006. Assim, o estado, que não investe em habitação, e os municípios poderão entrar com contrapartidas significativas.

Mais estrutura para a cidadania

SERVIÇOS DE TELEATENDIMENTO, QUE RECEBEM DENÚNCIAS DA POPULAÇÃO, GANHAM NOVAS INSTALAÇÕES



Dafne Capella

Novo endereço no Centro já abriga o atendimento do Disque Denúncia do Trabalho

THAYSSA PLUM

Os Disques da Alerj ganharam mais espaço e melhor infraestrutura. A nova sala, que conta com equipamentos modernos de teleatendimento, fica em um edifício na Av. Rio Branco, no Centro do Rio de Janeiro. “O Parlamento tem que ser útil à sociedade. Nós devemos conduzir os trabalhos com os olhos voltados para os anseios da população”, defende o presidente da Casa, deputado Jorge Picciani (PMDB). Segundo ele, a mudança é fruto de uma das suas promessas de campanha à presidência: o aumento da participação da população fluminense na Assembléia Legislativa. “Cidadania se faz com informação”, completa.

O Disque-denúncia Trabalho, que apura e encaminha irregularidades identificadas por trabalhadores, foi o primeiro serviço a mudar com toda a sua estrutura e atendentes para o novo espaço. Um ano após a sua criação, a central ultrapassou a casa dos mil atendimentos. Durante a inauguração da nova sala, dia 17 de outubro, o presidente da Comissão do Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social, deputado Gilberto Palmares (PT), garantiu que o serviço de atendimento veio para ficar. “Muitas denúncias partem de trabalhadores que não têm representação

sindical e precisam de um canal de comunicação, para apresentá-las e resolver seus problemas”, justificou.

A inauguração contou com a presença de entidades representativas da causa trabalhista e de órgãos públicos, que apóiam a iniciativa. Segundo a representante da Delegacia Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, Livia Arueira, o Legislativo deve acolher a voz dos trabalhadores e encaminhar as suas demandas para os órgãos competentes. O número do Disque-denúncia Trabalho é 0800 2823596, e funciona de segunda à sexta-feira, das 11 às 17h. Outra central telefônica que já está se mudando para o novo endereço é o Disques Criança (0800 230007). Os Disques Direitos Humanos (0800 255108), Saúde (0800 239191) e Contribuinte (0800 2823595) ainda estão dependendo da resolução de questões técnicas de telefonia.

O Disque Defesa do Consumidor (0800 2827060) continua no Palácio Tiradentes, porque o seu espaço já é suficiente para atender à demanda, assim como o Disque PPD (Pessoa Portadora de Deficiência) (0800 2855005), que continua na Casa porque a nova sala ainda não foi adaptada. “A acessibilidade, depois de alojados todos os Disques, é o nosso próximo passo”, conta o diretor de Patrimônio da Casa, Marcos Pinto.

CURTAS

Conselhos tutelares

Em reunião com o presidente da Comissão de Assuntos Municipais da Alerj, deputado Paulo Ramos (PDT), no dia 26 de outubro, conselheiros tutelares de sete municípios reivindicaram melhores condições de trabalho. Eles reclamaram de falta de recursos, piso salarial inexistente e carga horária excessiva. Para os conselheiros, o atendimento às crianças e aos adolescentes está sendo prejudicado. “Leis precisam ser criadas para que vocês não se tornem escravos e possam cumprir suas tarefas”, disse o deputado.

Decálogo de segurança

Uma instituição autônoma e aparelhada para garantir a eficácia do trabalho de peritos criminais e médicos legistas foi uma das exigências feitas durante audiência pública realizada no dia 27 de outubro, pela Comissão Especial para Averiguar o Cumprimento das Leis, presidida pelo deputado Carlos Minc (PT). Durante a reunião, foi lançada uma cartilha com dez propostas para promover a autonomia. O objetivo do Decálogo pelo Fortalecimento da Perícia Criminal e Medicina Legal é que as exigências feitas complementem o Plano Nacional de Segurança Pública.

Pisos salariais

No dia 28 de outubro, a Comissão de Trabalho recebeu o secretário estadual da pasta, Marco Antônio Lucidi, empresários e líderes sindicais para discutir a relação entre os pisos salariais do estado e o salário mínimo nacional. “O salário mínimo teve uma evolução muito grande. A idéia do piso regional é acompanhar este aumento e favorecer as profissões que não têm acordo coletivo de trabalho”, disse o presidente da comissão, deputado Gilberto Palmares (PT).

ENTREVISTA PAULO RAMOS

DEPUTADO PELO PDT

'Não devemos apenas dar pareceres'

THAYSSA PLUM

Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional, o deputado Paulo Ramos (PDT) acredita que sua atribuição vai muito além de dar pareceres aos projetos de lei dos parlamentares da Casa. Segundo ele, é necessário engajar-se nos problemas que afetam a população, buscando a sua resolução em audiências públicas – que reúnem os cidadãos e representantes de órgãos públicos e privados – ou através de projetos de lei. Além disso, o pedetista defende a atuação da comissão em todas as esferas dos municípios. “Ao surgir um problema em um município, que afete o desenvolvimento regional, seja ele de transporte, saúde ou educação, a comissão vai interferir”, avisa.

Qual o papel da Comissão Permanente de Assuntos Municipais?

Essa é uma comissão de competência difusa. Nós tratamos de assuntos que, aparentemente, seriam de competência exclusiva do município. No entanto, o Legislativo tem uma atribuição geral. Entendo que nós podemos fazer leis obrigando os prefeitos a realizar determinados procedimentos, a observar certas normas. Um exemplo é o comércio na orla, que está presente em vários municípios do Estado do Rio de Janeiro. Então, eu acredito que nós devamos discutir normas gerais sobre o comércio na orla do estado, e cada município deve regulamentá-las de acordo com as suas especificidades.

A comissão tem, então, um caráter amplo de atuação?

Tratamos de questões ligadas à energia, saúde e educação em determinados municípios, com a visão do que pode influir no desenvolvimento da região. Há, por exemplo, discussões em audiências públicas e uma lei de minha autoria que proíbe a instalação de praças



Rony Maltz

de pedágio em qualquer ponto fora da divisa entre municípios. Alguém poderia dizer que isso é atribuição da Comissão de Transportes, mas eu penso que é também atribuição da Comissão de Assuntos Municipais. Não devemos apenas dar pareceres sobre projetos de lei, mas também discutir as questões

“Nosso objetivo é funcionar como instrumento de ação política”

que afligem os moradores de cada município.

Quais o senhor considera os principais avanços da comissão?

Funcionar como instrumento de ação política, representando a Alerj. Este tem sido o nosso objetivo. O que é o desenvolvimento municipal e regional? Se há uma escola sem aulas, ou uma escola depredada, isso tem relação com o desenvolvimento? Claro. Então, são

nestes aspectos que a comissão trabalha.

O senhor poderia citar algum resultado concreto da atuação da comissão?

Houve uma redução do valor do pedágio cobrado na Via Lagos nos finais de semana. Antes, era cobrado um valor de pedágio mais caro das 12h de sexta-feira até as 12h de segunda. Agora, o aumento ocorre da 0h de sexta-feira até o mesmo horário, no domingo. Esta foi uma lei de minha autoria, que resultou da atuação da comissão e dos debates com a população.

Quais são os próximos passos?

Precisamos nos afirmar. É preciso mobilizar os deputados da Casa para que eles compreendam o papel da comissão. Quando nos envolvemos com transportes, saúde, educação, meio ambiente, fica a impressão de que aquilo não é pertinente à comissão, mas acredito que, desde que haja a interpretação de que o desenvolvimento municipal e regional está em questão, é nosso dever participar.